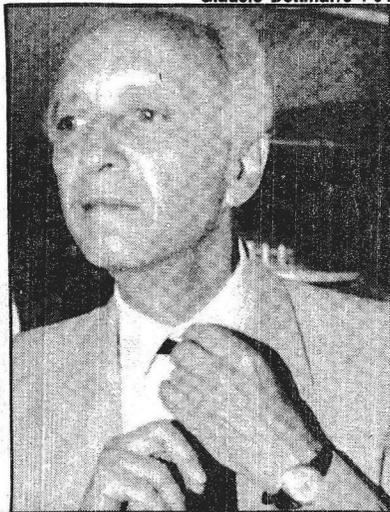


Ricupero ameaça recorrer à Justiça

Glauco Dettmar/8-4-94



Ricupero: proposta é descabida

SÃO PAULO — O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, classificou ontem de descabida a proposta do presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), de aumentar em no mínimo 100% os salários dos funcionários do Legislativo. Segundo o ministro, não há qualquer justificativa para a proposta e o Governo está disposto a recorrer à Justiça contra um eventual aumento dos salários na Câmara e no Senado.

— Caso não prevaleça o bom senso, prevalecerá a lei — disse o ministro.

Ricupero disse confiar que, neste último caso, a Justiça dará sentença favorável ao Governo, impedindo reajustes salariais para o Legislativo. Mas, antes de se chegar ao extremo, é preferível, segundo ele, que o Legislativo evite tomar medidas precipitadas:

— Num ano eleitoral como este, elevar salários vai contra os

desejos da população. Esta medida não se justifica neste momento de austeridade e de sacrifícios.

Para Ricupero, o argumento de que os salários do Executivo

foram reajustados é ridículo, uma vez que o aumento ocorreu a título de isonomia salarial, numa primeira etapa ainda muito distante do objetivo de tornar menos desiguais os vencimentos dos servidores do Executivo em comparação com os do Legislativo e do Judiciário.

— Se cada vez que andarmos um centímetro eles andarem um quilômetro, nunca vamos ter isonomia no Brasil — disse o ministro, acrescentando que a busca da isonomia salarial hoje deve-se ao fato de que no passado o Legislativo e o Judiciário aumentaram muito os seus vencimentos.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, também reclamou. Mas foi cauteloso:

— Não acredito que ele (Inocêncio) tenha dito isso. Nossos representantes no Congresso sabem da responsabilidade que têm.